



## BRASIL EM TEMPO DE PANDEMIA: QUAIS SÃO OS REFLEXOS NA EDUCAÇÃO SUPERIOR FEDERAL?

Amanda Gonçalves da Silva <sup>1</sup>

### RESUMO

A pandemia da Covid-19 é um desafio mundial nas esferas sanitária, política, social, econômica e educacional. No panorama brasileiro, a negligência de medidas de contenção na proliferação do vírus Sars-CoV-2 reflete diretamente na esfera educacional com o fechamento de escolas, universidades e Instituições Educacionais de Ensino Superior. No que se refere à Educação Superior, o governo brasileiro propõe iniciativas que não possuem sensibilidade com o momento atual e com a realidade educacional do país, visto que existem milhares de estudantes fora da sala de aula e uma alta taxa de mortalidade pela Covid-19. Desse modo, o presente trabalho objetiva manifestar, por meio do estudo de caso, como o governo brasileiro tem lidado com a crise da Covid-19 na educação, bem como os danos futuros que essas ações podem manifestar para estudantes brasileiros de camadas populares. Para tanto, a metodologia a investigação foi desenvolvida a partir de pesquisas, veículos jornalísticos nacionais e internacionais e fundamentado pela minha análise como intelectual orgânica, pesquisadora de políticas públicas de Educação Superior. Os resultados apontam que a pandemia acentuou ainda mais as desigualdades sociais já existentes e alertam para o desmonte da educação superior pública federal com danos futuros para as classes populares.

**Palavras-chave:** Educação superior, Pandemia Covid-19, Camadas populares, Acesso e Permanência.

### INTRODUÇÃO

A pandemia da Covid-19 que assola a população mundial já infectou mais de 25 milhões de pessoas no mundo e causou a morte de aproximadamente 850 mil até o momento de escrita desse texto. No Brasil, a curva ascendente do vírus aumenta a cada dia. Atualmente são mais de 1 milhão de casos confirmados e aproximadamente 122 mil mortes. No entanto, de acordo com especialistas, esses números podem ser ainda maiores devido a subnotificação de mortes e infectados por causa da baixa testagem do vírus. O professor da Universidade de São Paulo (USP) e também integrante do Observatório da Covid-19 BR, Paulo Inácio Prado, salienta que o Ministério da Saúde optou pela notificação apenas de casos graves, subnotificando casos mais brandos da infecção. O pesquisador também alerta para necessidade de políticas públicas eficazes que garantam a contenção do avanço do vírus por meio de isolamento social.

---

<sup>1</sup> Doutoranda em Educação da Universidade Federal Fluminense - UFF, [amandags@id.uff.br](mailto:amandags@id.uff.br). Pesquisa financiada pela FAPERJ categoria doutorado nota 10.



Contrariando as orientações de especialistas brasileiros e da Organização Mundial de Saúde (OMS), o governo brasileiro, sob o comando do presidente Jair Messias Bolsonaro, tem lançado mão de alternativas ineficientes para o controle do avanço da Covid-19. O posicionamento<sup>2</sup> do presidente sobre a gravidade do vírus também pode ser notado quando o mesmo caracterizou a proliferação do contágio como “histeria”, “fantasia”, como uma “gripezinha”, bem como por sua crítica ao isolamento social e inclinação para retomada das atividades econômicas. O posicionamento do governo brasileiro diante à pandemia coloca em risco a população do país e também sua credibilidade com nações e organizações internacionais.

Para derrotar uma epidemia, as pessoas precisam confiar nos especialistas, os cidadãos precisam confiar nos poderes públicos e os países precisam confiar uns nos outros. Nos últimos anos, políticos irresponsáveis solaparam deliberadamente a confiança na ciência, nas instituições e na cooperação internacional. Como resultado, enfrentamos a crise atual sem líderes que possam inspirar, organizar e financiar uma resposta global coordenada. (HARARI, 2020).

A desordem do governo Bolsonaro nas medidas de contenção sanitárias e de investimentos na saúde<sup>3</sup> influenciam diretamente nos setores econômicos, sociais e educacionais. No decorrer dos meses em que o Brasil atravessa uma das maiores pandemias da história da humanidade, o governo de Jair Bolsonaro demonstra insensibilidade às necessidades sociais do país. No âmbito educacional, por exemplo, o economista e ex-ministro da Educação, Abraham Weintraub, propôs a manutenção do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). A avaliação é a porta de entrada para 110 Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), para Instituições Privadas, por meio do Programa Universidade para todos (ProUni)<sup>4</sup>, assim como também é utilizado por algumas Instituições Privadas como parte do processo seletivo de ingresso no Ensino Superior.

Diante do exposto, o presente ensaio pretende abordar o encaminhamento das ações governamentais de Jair Bolsonaro no que se refere à Educação Superior no período de pandemia. O texto não pretende exaurir o assunto, da mesma maneira que não tem como objetivo apontar soluções para a conjuntura brasileira, mas sim propor reflexões em que a

---

<sup>2</sup> Além disso, contrariando orientações da OMS, o presidente manteve contato com membros do governo e apoiadores sem o uso de máscara e distanciamento adequado.

<sup>3</sup> Desde o início do aumento na contaminação pelo vírus da Covid-19, em março de 2020, no Brasil, dois ministros passaram pelo Ministério da Saúde. Atualmente, em junho do presente ano, o Brasil encontra-se sem ministro da Saúde há um mês.

<sup>4</sup> O ProUni é um programa do Governo Federal, em parceria com Instituições Privadas, que oferece descontos de 50% e 100% nas mensalidades dessas instituições com o benefício fiscal à isenção de impostos.



sociedade e a educação brasileira encontram-se. A investigação foi desenvolvida a partir de pesquisas, veículos jornalísticos nacionais e internacionais e fundamentado pela minha análise como intelectual orgânica, pesquisadora de políticas públicas de Educação Superior. As discussões propostas através dos dados levantados estão embasadas nas consequências que o período pandêmico e posicionamentos do governo federal podem refletir para o acesso e a permanência de estudantes de camadas populares. Desse modo o trabalho pretende contribuir para o diálogo dentro da temática, bem como para o referencial teórico científico ainda pouco desenvolvido.

## **RESULTADOS E DISCUSSÕES**

A educação, como direito de todos, é assegurada pela Constituição brasileira de 1988. No caso das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), a responsabilidade compete ao Ministério da Educação e ao Governo Federal sob a administração do presidente da República. As universidades possuem autonomia didático-científica para gestão e organização. No entanto, a pandemia da Covid-19 trouxe à tona, de forma acentuada, problemas sociais do país.

Como dito anteriormente, o governo anunciou a manutenção do ENEM mesmo nas circunstâncias atuais. Estudantes de todo país estão sem aulas e aqueles pertencentes às classes populares são os mais afetados. Atualmente, escolas privadas, que beneficiam majoritariamente classes abastadas, mantiveram suas atividades por meio de um sistema de videoaulas para que os alunos estudem em suas residências nesse período de isolamento. No entanto, estudantes mais pobres não possuem o mesmo privilégio.

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - Tecnologia da Informação e Comunicação (Pnad Contínua TIC), lançada em abril de 2020 e realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), aponta que, em 2018, 84% da população urbana tinha acesso à internet, enquanto o acesso da população rural correspondia a 49%. A investigação também mostra que 41,7% dos domicílios brasileiros de áreas urbanas não possuem computadores em casa. Nas áreas rurais, o percentual é de 14,3%.

Nos 14.991 mil domicílios do País em que não havia utilização da Internet, os três motivos que mais se destacaram (84,4%) foram: falta de interesse em acessar a Internet (34,7%), serviço de acesso à Internet era caro (25,4%) e nenhum morador sabia usar a Internet (24,3%). Em outros 7,5% das residências, os moradores disseram que não havia disponibilidade de rede na área do domicílio e 4,7% deram como



justificativa o alto custo do equipamento eletrônico para conexão.  
(IBGE, 2020)

Conforme pesquisa realizada pela Unesco (2020) sobre os impactos da pandemia da Covid-19 na educação, no Brasil, por volta 53 milhões estudantes foram afetados. Desses, mais de 44 mil são da Educação Básica (para crianças e adolescentes de 6 a 17 anos) e mais de 8 mil da Educação Superior.

Apesar disso, alheio à realidade do país, o Ministério da Educação lançou em maio de 2020 a campanha de incentivo ao ENEM e estudo remoto em casa. A propaganda mostra jovens, que não representam a pluralidade da população brasileira e diversidade econômica, comentando sobre a importância da prova do ENEM e como é possível estudar, mesmo de casa, no período da quarentena com o auxílio de equipamentos como computadores, celulares, tablets, livros e ajuda de professores. Com o slogan meritocrático de que “a vida não pode parar”, o governo justifica que é possível a prova do ENEM ser realizada no fim de 2020.

Em 2020 a escolarização é interrompida pela pandemia. De forma total, ou atenuada por algum recurso mais ou menos improvisado. As condições de vida dos estudantes e de oferta do ensino médio estarão refletidas inexoravelmente nessa dicotomia. Se em condições “normais” o nível socioeconômico do candidato interfere em seu desempenho no Exame – via de regra, quanto melhor essa condição, melhor a nota -, as adversidades do tempo presente vão agravar e, simultaneamente, escancarar o abismo entre os candidatos. O processo, que mal disfarçava a desigualdade na competição, agora não poderá escamoteá-la, a não ser com descomunais doses de cinismo social. (VARGAS, 2020).

Tendo em vista as informações e dados descritos anteriormente, a crítica da manutenção do ENEM – realizada por educadores, pesquisadores da área da educação e, principalmente, estudantes de camadas populares – justifica-se, também, pela desigualdade histórica de acesso ao Ensino Superior. No Brasil, as primeiras instituições de Ensino Superior (IES) foram criadas para a classe abastada e, durante um longo período, as classes populares estiveram distantes desse seguimento de ensino. Desse modo, a manutenção do Exame, mesmo em condições complexas de sobrevivência frente a uma crise mundial, demonstra um pensamento inflexível e desigual com a população menos favorecida do país.

Diante de reivindicações em todo país com o pedido de suspensão da prova do ENEM, o Senado Federal votou, em 19 de maio, para que o exame, que seria realizado em outubro, fosse adiado de 30 a 60 dias. A votação teve 75 votos a favor contra 1 – do senador Flávio Bolsonaro, filho do então presidente do Brasil. O Projeto de Lei nº 1277, de 2020, menciona a importância do adiamento de avaliação mediante ao atual cenário de calamidade pública. Nesse



sentido, a prova deverá ocorrer entre novembro e dezembro do ano presente. Por outro lado, o cancelamento da prova de outubro e sua protelação para outros meses não minimiza a luta e reivindicações de estudantes de todo país.

A determinação do Governo Federal para retomada da economia por meio da flexibilização do isolamento e sua aceitação por governadores de diferentes Estados do país, ampliando o número de casos e mortes, comprova o que a OMS e pesquisadores do mundo inteiro determinam: apenas o isolamento social poderá minimizar o número de contágios. Na cidade do Rio de Janeiro, por exemplo, entre os dias 14 e 20 de maio, foram confirmados 8.718 novos casos de contaminação, número maior que o observado nas quatro semanas anteriores sem flexibilização do isolamento. Praias, shopping e ruas tomadas por pessoas apáticas à realidade que milhares de famílias brasileiras. Não obstante, o presidente da República demonstra a mesma despreocupação e não cumpre sua posição como chefe de Estado. Durante o período da pandemia, o presidente compareceu a diversas manifestações e aglomerações sem o uso de máscara, desobedecendo as orientações da OMS de isolamento social.

Sabemos que a pandemia não é cega e tem alvos privilegiados, mas mesmo assim cria-se com ela uma consciência de comunhão planetária, de algum modo democrática. A etimologia do termo “pandemia” diz isto mesmo: todo o povo. A tragédia é que neste caso a melhor maneira de sermos solidários uns com os outros é isolarmo-nos. É uma estranha comunhão de destinos. (SANTOS, 2020).

O afrouxamento da flexibilização, o aumento na quantidade de mortes e infectados desacelera ainda mais a retomada da população à vida cotidiana minimamente segura. Com isso, há atraso no retorno das aulas e da rotina de estudantes de camadas populares que vislumbravam o acesso às Intuições Federais de Ensino Superior. Enquanto estudantes de camadas mais ricas possuem acesso à internet, computadores, tablets e celulares, estudantes pobres ficam à margem do acesso à educação, mesmo antes dos enfrentamentos com a pandemia do novo coronavírus. No entanto, a nova configuração social da pandemia escancara a necessidade e a importância dos líderes que estejam comprometidos com a população e pensem em políticas públicas de contenção da propagação do vírus principalmente voltadas para grupos mais vulneráveis.

O Ministério da Educação regulamentou, em 18 de março, o ensino à distância emergencial. Hodiernamente, universidades federais de todo país estudam a possibilidade de implementação de um sistema de aulas remotas para seus cursistas. No entanto, como preencher as lacunas do distanciamento físico, social, psicológico e econômico que estudantes, sobretudo



de grupos desfavorecidos, possuem e que foram potencializadas com a necessidade do isolamento para preservação da vida?

A pesquisa do perfil socioeconômico e cultural dos estudantes de graduação, realizada pela Associação Nacional de Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), publicada em 2014, aponta que mais de 51% dos estudantes de IFES não possuem renda familiar ou suas rendas compreendem em até 3 salários mínimos. A pesquisa também mostra que 32,55% dos graduandos que participaram da pesquisa ingressaram em suas IFES através de políticas<sup>5</sup> de cotas. Um outro aspecto que também deve ser levado em consideração é a acessibilidade de estudantes deficientes que necessitam de programas e matérias específicos para suas necessidades. De acordo com relatório do Censo da Educação Superior (BRASIL, 2019) em 2018 as IFES totalizam 1.324.989 estudantes matriculados, desses 43.633 possuem algum tipo de deficiência.

Nesse sentido, estudantes de camadas populares cursistas de IFES brasileiras perpassam por dificuldades semelhantes aqueles que vislumbram ingressar no Ensino Superior. Tendo em vista os dados expostos, que exemplificam a lacuna que o Brasil possui na equalização do acesso à tecnologia da informação, como estudantes de Ensino Superior podem dar prosseguimento aos estudos quando não possuem subsídios necessários para tal?

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O adiamento do ENEM não trouxe esperanças, tampouco alívio, para melhores condições de execução da prova. O adiamento de 30 a 60 dias, que será realizada ao final de junho por meio de uma consulta pública com os inscritos na prova, não soluciona as demandas manifestadas nesse ensaio. Milhares de estudantes continuarão sem acesso à educação, tecnologias, condições favoráveis de estudo em suas moradias, expostos ao vírus e aos danos psicológicos que o isolamento social pode representar.

De acordo com a Universidade Federal de São Paulo (UniFeSP), o isolamento social é a principal recomendação das autoridades e organizações de saúde objetivando contenção da propagação do novo coronavírus. A mudança radical no estilo de vida somada ao medo de contágio, a impossibilidade de contato físico, entre outros fatores, acaba ocasionando

---

<sup>5</sup> No Brasil, a lei 12.711 de 2012 regulariza a reserva de 50% das vagas para estudantes provenientes de escolas públicas. Parte dessas vagas é reservada para estudantes que possuam renda per capita de até 1.5 salários mínimos; para estudantes pretos, pardos e indígenas, com e sem critério de renda. Em 2016, o Governo Federal instituiu a lei 13.409 que amplia a reserva de vagas para estudantes deficientes.



transtornos mentais à população. Dessa maneira, como estudantes podem pensar no ingresso e continuidade dos estudos nas IFES? Como esquecer as dificuldades materiais e simbólicas que envolvem o acesso e a permanência nessas instituições?

O levantamento internacional sobre realização de exames educacionais produzido pelo Instituto Unibanco (2020) mostra que alguns países no mundo fizeram alterações em datas, modelos das provas e as suspenderam. No Chile e no Egito, as datas das provas de ingresso às instituições de ensino superior foram mantidas, mas com alterações no conteúdo e formato. Nos Estados Unidos e na Espanha, houve adiamento da data e alterações nas avaliações. Países como França e Reino Unido tiveram os exames reformulados para um novo formato. Em Gana, o exame foi suspenso sem previsão de retomada. Já na China, Rússia e Irlanda as provas foram adiadas.

As medidas de acesso e permanência ao Ensino Superior estão fragilizadas pela ausência do posicionamento e de medidas eficazes do governo Bolsonaro e Ministério da Educação que parecem insistir em taparem os olhos para as necessidades do país. O ex-ministro da Educação, Abraham Weintraub, diante do caos em que o país vive, determinou a suspensão da política de cotas para estudantes pretos, indígenas e pessoas deficientes. O último ato de Weintraub no Ministério da Educação, antes de seu pedido de exoneração do cargo, gera revolta entre movimentos sociais e grupos minoritários de luta. No entanto, não há surpresa na ação de um ministro que, enquanto esteve em seu cargo, mostrou indiferença com a realidade de estudantes brasileiros de camadas populares, discordância pública com a língua portuguesa, expondo seu despreparo como Ministro da Educação. Após a sua saída e com grande pressão popular, o Ministério da Educação revogou a ação de Weintraub.

Os setores da saúde, educação e economia são os mais afetados pela Covid-19 e enfrentam a negligência de seus representantes que está diretamente alinhada as atitudes inconsequentes do presidente Jair Bolsonaro. O relaxamento das medidas de isolamento que refletem no aumento do número de infectados e mortos desacelera a cada dia a perspectiva de retomada das atividades educacionais em todo país. Enquanto estudantes de classes abastadas dispõem de possibilidade de estudo remoto, bem como o custeio de Instituições Privadas de Ensino Superior, para estudantes pobres, o distanciamento não é apenas social, mas também de perspectiva de ingressarem e concluírem uma Instituição Pública de Educação Superior. O enfrentamento da Covid-19 também é uma luta contra a perpetuação, ainda maior, das desigualdades sociais e educacionais. Quando a proliferação do vírus estiver controlada quantos terão resistidos e quais sequelas ficarão?



## REFERÊNCIAS

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Censo da Educação Superior 2018**: notas estatísticas. Brasília, 2019.

HARARI, Y. N. **Na batalha contra o coronavírus, faltam líderes à humanidade**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2020.

IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. **Acesso à internet e à televisão e posse de telefone móvel celular para uso pessoal 2018**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

INSTITUTO UNIBANCO. **Educação e Coronavírus**. Levantamento Internacional sobre realização de exames educacionais. 2020 Disponível em: <<https://www.institutounibanco.org.br/wp-content/uploads/2020/05/Levantamento-internacional-sobre-realizac%CC%A7a%CC%83o-de-exame-educacionais-.pdf>>. Acesso em: 30 ago. 2020.

SANTOS, B. S. **A cruel Pedagogia do vírus**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2020.

SENADO NOTÍCIAS. **Senado aprova adiamento do Enem 2020**. Brasília: Agência Senado, 2020. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2020/05/19/senado-aprova-adiamento-do-enem-2020-materia-vai-a-camara>>. Acesso em: 28 ago. 2020.

UNESCO. **Impacto da COVID-19 na educação**. Paris, 2020. Disponível em: <<https://pt.unesco.org/covid19/educationresponse>>. Acesso em: 01 set. 2020.

VARGAS, H. M. Por uma "freada de arrumação": Enem e Covid-19. **Anped**, Rio de Janeiro, abr. 2020. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/news/por-uma-freada-de-arrumacao-enem-e-covid-19-por-hustana-maria-vargas-gt-14-colaboracao-de-texto>>. Acesso em: 20 jul. 2020